

Senado aprova acordo da dívida externa e libera pagamento de juros

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O plenário do Senado Federal aprovou ontem por 43 votos a favor e 2 contra os termos do acordo da renegociação da dívida externa, negociados em princípio com os bancos credores privados em 9 de julho. O projeto de resolução do senador José Fogaça (PMDB-RS) prevê que os termos do acordo retornem para a avaliação do Senado Federal em uma fase posterior, quando os bancos já tiverem efetuado suas adesões entre os oito instrumentos que lhes serão oferecidos.

Ontem, segundo relato da repórter Adriana Vasconcelos, desse jornal, o líder do governo no Senado, senador Pedro Simon (PMDB-RS), conseguiu garantir o quórum mínimo de 41 senadores em plenário exigido para a votação e deste modo contornou a exigência de quórum feita pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), como forma de postergar a decisão. As seis emendas apresentadas pelo senador Suplicy em plenário — uma delas adia-va para o momento da assi-

natura dos contratos, prevista para meados do ano que vem, a ampliação de 30 para 50% do desembolso dos juros correntes — não foram aprovadas.

JUROS

Com essa etapa vencida, o governo brasileiro fará o comunicado formal ao comitê de bancos credores e, já a partir de hoje, dando cumprimento aos entendimentos firmados em julho, estará remetendo 50% dos juros correntes às instituições internacionais privadas em vez dos 30% que vinha desembolsando desde 1º de janeiro de 1991. Dentro de dez dias, conforme também foi acordado com os bancos, o País fará o pagamento da parcela relativa aos 20% do valor devido originalmente e que deixou de ser desembolsado entre 9 de julho até ontem. Na avaliação de técnicos do Banco Central, esse pagamento deve envolver em janeiro remessa em torno de US\$ 170 milhões. O processo de adesão dos bancos ao acordo será também iniciado, sabendo-se que é necessário o apoio de 95% do valor envolvido como condição à implementação.